

TERMO DE REFERÊNCIA

SESC-MG: COLÉGIO SESC – PARACATU/MG CONTRATAÇÃO PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE FORRO DE GESSO ACARTONADO ESTRUTURADO E FORRO MODULAR REMOVÍVEL, COM PELÍCULA PVC E ALUMÍNIO NO VERSO

INFORMAÇÕES PRINCIPAIS

TIPO Serviço	MODALIDADE: Menor preço global	REGIME DE EXECUÇÃO: regime preço unitário
-----------------	-----------------------------------	--

PRAZOS:	EXECUÇÃO CONTRATUAL	45 DIAS CORRIDOS	A CONTAR: da emissão do Termo de Início
	VIGÊNCIA CONTRATUAL	180 DIAS CORRIDOS	A CONTAR: da assinatura do contrato

ANEXOS TÉCNICOS DISPONIBILIZADOS AOS PROPONENTES:	- Caderno de Especificações
	- Caderno de Planejamento

ELABORADO POR: RODRIGO WAGNER BARBOSA	DATA: 22/01/2025
---------------------------------------	------------------

CONTROLE DE REVISÕES

REVISÃO	DESCRIÇÃO	DATA
00	Emissão inicial	22/01/2025

SUMÁRIO

1.	OBJETO.....	2
2.	REGIME DE EXECUÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO.....	3
3.	PRAZOS DE MOBILIZAÇÃO, EXECUÇÃO E VIGÊNCIA	3
4.	SUBCONTRATAÇÃO.....	3
5.	REAJUSTE.....	3
6.	CRITÉRIO DE MEDIÇÃO.....	3
7.	SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	4
8.	RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS.....	5
8.1.	COMUNICAÇÃO DO TÉRMINO DO SERVIÇO.....	5
8.2.	TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO	6
8.3.	TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.....	6
9.	VISITA E ESCLARECIMENTOS TÉCNICOS	7
10.	ORIENTAÇÕES GERAIS.....	7

LISTA DE SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas	GRD – Guia de Remessa de Documentos
APR – Análise Preliminar de Risco	IT – Instrução Técnica
ART – Anotações de Responsabilidade Técnica (CREA)	MD – Memorial Descritivo
AVCB – Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros	NBR – Norma Brasileira Regulamentadora
CAT – Certidão de Acervo Técnico	NR – Norma Regulamentadora
CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo	PNE – Portadores de Necessidades Especiais
CBMMG – Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais	PCMAT – Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção Civil
CEI – Cadastro Específico do INSS	PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional
CFTV – Circuito fechado de televisão	PRECEND – Programa de Recebimento e Controle de Efluentes para Usuários não Domésticos (COPASA)
CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes	RDO – Relatório Diário de Obras
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas	RRT – Registro de Responsabilidade Técnica (CAU)
CNO – Cadastro Nacional de Obras	SDAI – Sistema de detecção e alarme de incêndio
CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia	SESMT – Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho
CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social	SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (CAIXA)
DAE – Documento de Arrecadação Estadual	SPCI – Sistema de prevenção e combate a incêndio
EAP – Estrutura analítica de projeto	SPDA – Sistema de proteção contra descargas atmosféricas
EPC – Equipamento de Proteção Coletiva	TR – Termo de Referência
EPI – Equipamento de Proteção Individual	
GFIP – Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social	

CONTEÚDO DOS DOCUMENTOS DE CONTRATAÇÃO

DOCUMENTO	CONTEÚDO
TERMO DE REFERÊNCIA	Informações sobre os parâmetros da contratação (regime de execução, critério de julgamento, qualificações, garantias, subcontratação etc.)
CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES	Especificações do objeto a ser contratado (quais disciplinas e/ou serviços serão contratados especificando materiais e nível de detalhamento necessário).

1. OBJETO

CONTRATAÇÃO PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE FORRO DE GESSO ACARTONADO ESTRUTURADO E FORRO MODULAR REMOVÍVEL, COM PELÍCULA PVC E ALUMÍNIO NO VERSO Deverá ser fornecido todo o material conforme projeto, mão de obra para a execução do objeto contratado e todos os equipamentos, caçambas para remoção de entulhos, ferramentas, insumos e qualquer outro tipo de material/equipamento necessário para perfeita realização dos trabalhos.

A unidade está localizada no endereço:

Rua Euridamas Avelino de Barros, Lavrado – Paracatu/MG

2. REGIME DE EXECUÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

A forma de execução do objeto será indireta através do **regime de preço unitário**

O critério de julgamento será **pelo menor preço global**, conforme condições previstas neste documento.

A Proponente deverá considerar todos os serviços, equipamentos, materiais e tudo mais que for necessário para a conclusão do objeto na definição de seu preço final.

3. PRAZOS DE MOBILIZAÇÃO, EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

O prazo de mobilização de contrato é de **10 (dez)** dias corridos, a contar da data da **reunião de kick off**.

O prazo de execução do objeto é de **45 (quarenta e cinco)** dias corridos, a contar da data da **emissão do Termo de Início**.

O prazo de vigência do contrato é de **180 (cento e oitenta)** dias corridos contados a partir da data de assinatura do contrato.

4. SUBCONTRATAÇÃO

Não é permitido a subcontratação dos serviços do objeto deste termo de referência.

5. REAJUSTE

Os preços deste Contrato poderão ser reajustados por acordo entre as Partes, tendo como limite máximo a variação do Índice Nacional de Custo da Construção da Fundação Getúlio Vargas - FGV (INCC-DI), ou no caso de sua extinção por outro indexador que venha a substituí-lo, devendo ser observado o período mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir da data do orçamento básico de referência ou do último reajuste.

O reajuste só pode ser aplicado ao saldo remanescente do contrato, considerando o cronograma de entregas previsto.

Os itens que não foram entregues, por atrasos gerados pela **CONTRATADA**, não podem ser reajustados.

6. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO

O critério de medição dos serviços será por m² executado e validado pela fiscalização.

Os pagamentos serão realizados mediante emissão de nota fiscal conforme medição mensal dos serviços efetivamente prestados e aprovados pela fiscalização no mês de referência.

Para medição, a **CONTRATADA** encaminhará à **Fiscalização**:

- a) A planilha com a medição dos serviços executados, aprovados pela fiscalização e de acordo com o critério de medição definido;
- b) Memórias de cálculo.
- c) Certidões de regularidade (federal, estadual, municipal, FGTS, INSS);

- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
- e) Garantia dos materiais e serviços executados plenamente, no respectivo período da medição.

7. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. É vedado à contratada descumprir total ou parcialmente as obrigações assumidas, considerando-se descumprimento contratual, dentre outras, as seguintes condutas:

- 7.1.1. Não atendimento às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obras previstas nos documentos que integram a contratação.
- 7.1.2. Paralisação desautorizada ou atraso no fornecimento de bens, na prestação de serviços ou na execução de obra ou de suas etapas;
- 7.1.3. Entrega de mercadoria falsificada, furtada, roubada, receptada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso;
- 7.1.4. Alteração de qualidade ou quantidade dos serviços/produtos fornecidos;
- 7.1.5. Prestação de serviço em qualidade inferior ao pactuado;
- 7.1.6. Não quitação de débitos junto ao Sesc em Minas.

7.2. É igualmente vedado à contratada a conduta ou omissão que configure inobservância à legislação vigente, à boa-fé objetiva, ou aos deveres anexos do contrato, tais quais a informação, fidelidade, respeito, probidade, cooperação e confiança.

7.3. Pelo inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas, a contratante poderá aplicar à contratada, separadas ou cumulativamente, as seguintes sanções:

7.3.1. Multa moratória calculada no percentual de 0,33% ao dia, limitada a 10% sobre o valor do material, serviço, etapa ou marco contratual entregue em atraso, no caso de descumprimento dos prazos previstos neste Contrato, em seus anexos ou nos demais documentos e cronogramas formalizados ao longo da vigência contratual;

- a. A multa moratória apurada será descontada diretamente do pagamento do serviço ou fornecimento entregue em atraso, independente de notificação prévia da contratada e da aplicação das demais penalidades estipuladas nesta cláusula.
- b. Para fins de cálculo da multa moratória, a etapa de mobilização do contrato, quando prevista, terá seu valor correspondente a 10% do valor total do contrato.
- c. A multa moratória cobrada pelo contratante poderá ser devolvida, sem qualquer correção, ao final do contrato, caso a contratada cumpra o prazo final da obra.

7.3.2. Multa por inadimplemento parcial de até 10%, e por inadimplemento total de até 25% do valor do contrato ou do lote se o inadimplemento for limitado ao lote;

7.3.3. Rescisão unilateral por inadimplemento da contratada;

7.3.4. Suspensão temporária do direito de licitar ou contratar com o contratante por prazo não superior a 03 (três) anos.

7.3.5. As hipóteses abaixo enumeradas ensejarão impedimento do direito de licitar e terão abrangência nacional, pelo prazo mínimo de 4 (quatro) e máximo de 6 (seis) anos:

- a. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida na execução do contrato;
- b. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

7.3.6. Identificado possível inadimplemento, a contratante notificará a contratada, por e-mail, para contraditório no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

7.3.7. Esgotado o prazo da contratada, com ou sem manifestação, a contratante elaborará relatório circunstanciado, que será encaminhado à Autoridade Competente do Sesc para decisão acerca da aplicação de penalidades.

7.3.8. A penalidade aplicável será justificada em cada caso, a partir de ponderação que levará em conta fatores como a proporção dos prejuízos causados ao Sesc em Minas, a gravidade da infração cometida, a natureza e motivação da conduta ou omissão, o caráter pedagógico e seu histórico de atuação junto à contratante.

7.4. A aplicação de uma penalidade mais grave independe da anterior aplicação de penalidade mais leve.

7.5. A aplicação das penalidades de rescisão por inadimplemento e suspensão do direito de licitar e contratar podem, mediante justificativa, quando houver quebra de confiança, levar à rescisão, pela contratante, dos demais contratos vigentes com a contratada.

7.6. A aplicação de multa não impede a incidência de indenização suplementar caso os prejuízos sofridos pela contratante excedam o valor da multa fixada.

O valor da multa aplicada poderá ser retido dos pagamentos devidos pelo contratante e da garantia contratual prestada pela contratada, quando houver.

8. RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

8.1. Comunicação do término do serviço

Tendo sido executados integralmente os serviços que compõem o objeto do contrato e estando este, em condições de ser recebido, inclusive com resolução das pendências porventura formalizadas pela fiscalização em check list's elaborados ao longo da execução contratual, e com a entrega de todos os projetos e documentos correlatos ao objeto, a CONTRATADA deverá comunicar à FISCALIZAÇÃO a conclusão da execução do objeto, por escrito e dentro do prazo de execução contratual, a fim de que seja realizada vistoria para fins de recebimento provisório.

A emissão da comunicação acima referida fora do prazo de execução contratual caracterizará atraso, sujeitando a CONTRATADA às penalidades cabíveis previstas em contrato.

A FISCALIZAÇÃO só aceitará os serviços que estiverem de acordo com os parâmetros definidos nos cadernos de especificações, planejamento e demais especificações técnicas e definições constantes no Termo de Referência e seus anexos. Os serviços que não reunirem tais condições serão rejeitados, cabendo à

CONTRATADA todos os ônus da rejeição, inclusive quanto a prazos, despesas para sua correção e sanções, caso pertinente. Não será admitido o recebimento provisório de serviço inconcluso.

8.2. Termo de Recebimento Provisório

Constatada a condição de conclusão do objeto através de vistoria pela Fiscalização, o Termo de Recebimento Provisório será emitido por esta fiscalização em até 15 (quinze) dias corridos após a comunicação por escrito da **CONTRATADA**, informando sobre a conclusão do objeto do contrato.

Em caso de constatação local da não finalização dos serviços e da existência de parcelas dos serviços ainda não executadas/fornecidas, não será reconhecido efeito à comunicação referida acima, o que implicará na não emissão do Termo de Recebimento Provisório, bem como, na caracterização de atraso caso ultrapassado o prazo de execução contratual, sujeitando à Contratada à aplicação de sanção.

Para o Termo de Recebimento Provisório, é imprescindível a apresentação dos documentos e atendimento ao item destacado abaixo:

- a) Completa execução e conclusão dos serviços objeto do contrato;

Todos os Termos de Recebimento deverão ser circunstanciados, emitidos em 2 (duas) vias de igual teor e assinado por ambas as partes.

8.3. Termo de Recebimento Definitivo

Até o final do prazo máximo de 90 dias da finalização do serviço, será observado a plena funcionalidade dos equipamentos e/ou instalações, bem como, a não ocorrência de vícios construtivos e realizada vistoria por fiscal do Sesc em Minas, distinto do fiscal titular deste **CONTRATO**, sempre que viável, com vista a emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

Caso sejam constatadas novas pendências, será elaborado relatório específico das pendências identificadas e encaminhado através de notificação à empresa **CONTRATADA**, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados a partir da Vistoria, a fim de que sejam comunicadas e programadas a execução das correções apontadas, dentro do prazo definido pela **FISCALIZAÇÃO** no respectivo instrumento.

O não retorno com a programação da solução das correções apontadas, no prazo constante da notificação, caracterizará descumprimento contratual decorrente de atrasos relacionados ao pleno atendimento às especificações e qualidade contratadas, ficando a Contratada sujeita a aplicação das sanções cabíveis.

As garantias legais deverão ser verificadas tendo como referência no mínimo, as condições e prazos definidos no Manual de Garantias, disponibilizado pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** antes da emissão do Termo de Início, bem como, de forma complementar.

Sanadas as pendências e após nova comunicação escrita da **CONTRATADA**, será efetuada Vistoria Final objetivando a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, em até 10 dias contados da comunicação sobre correção dos vícios e providências, por parte da **CONTRATADA**.

Para o Termo de Recebimento Definitivo, é imprescindível a apresentação dos documentos e atendimento aos itens destacados abaixo:

Após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, dar-se-á prosseguimento a restituição da garantia, em caso da modalidade caução. As demais garantias, expiram com o término do prazo de vigência.

Todos os Termos de Recebimento deverão ser circunstanciados, emitidos em 2 (duas) vias de igual teor e assinado por ambas as partes.

9. VISITA E ESCLARECIMENTOS TÉCNICOS

É facultativa a visita ao local para análise e melhor compreensão dos serviços, verificação das condições atuais da área e inclusive casos omissos em projetos e planilha de especificações e quantitativos.

A visita poderá ser realizada de segunda a sexta-feira, das 08:00h às 17:00h. A empresa deverá agendar previamente a visita com o **Sesc em Minas**, através dos contatos: rodrigobarbosa@sescmg.com.br – (31) 3279-1472.

Para envio de e-mail, identificar no campo *assunto*, o objeto, número do processo licitatório e o município a que se refere a solicitação.

A **CONTRATADA** não poderá alegar, sob qualquer pretexto, que desconhecia as condições físicas, especificações, projetos, normas técnicas bem como o regime de trabalho do local em que os serviços contratados serão executados.

10. ORIENTAÇÕES GERAIS

À **CONTRATADA** é implicada a total e completa responsabilidade por todo e qualquer serviço e fornecimento, próprio ou de terceiros, que sejam necessários à completa e perfeita execução do objeto contratado.

O objeto poderá contemplar a execução de todos os itens apontados na descrição do objeto ou parte deles, estando os critérios de supressão e acréscimo, quantitativo e qualitativo, em conformidade com este Termo de Referência.

Todos os documentos (projetos e caderno especificações) disponibilizados pela **CONTRATANTE**, são partes integrantes, junto a este Termo de Referência e devem ser analisadas e conferidas, não sendo aceitas reivindicações posteriores à assinatura do Contrato.

Nenhuma alteração se fará em qualquer especificação ou projeto, sem autorização da fiscalização da Contratante. A autorização só terá validade quando formalizada por escrito.

Todos e quaisquer serviços ou atividades necessárias para realização do objeto desta contratação deverão ser previstas em proposta, sendo de única e exclusiva responsabilidade da Contratada.

A escala de trabalho a ser desenvolvida será de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**, os custos com trabalhos em horários extraordinários (sábados, domingos, feriados e períodos noturnos) decorrentes deverão estar incluídos na proposta, para que sejam mantidos o prazo e valor contratual.

Durante a execução dos serviços, as dúvidas técnicas, porventura observadas, deverão ser dirigidas à fiscalização, para os esclarecimentos que se fizerem necessários. Apenas as orientações desta fiscalização terão validade durante a execução dos serviços contratados.

Todos os documentos são complementares entre si constituindo juntamente com os projetos e detalhes, peça única. Assim, qualquer menção formulada em um documento e omitida nos outros, será considerada como especificada e válida, para efeito da composição do preço global dos serviços.

As normas técnicas internas do Sesc em Minas serão fornecidas pela Engenharia em momento oportuno, após assinatura do contrato.

- a. Faz parte do escopo do Proponente sem, entretanto, se limitar a:
- b. Fornecimento de mão-de-obra direta e indireta, com todos os encargos;
- c. Fornecimento de equipamentos, máquinas, ferramentas, acessórios, instrumentos etc.;
- d. Fornecimento e aplicação de todos os materiais necessários à perfeita execução das obras;

- e. Movimentação horizontal e vertical de carga;
- f. Fornecimento de transporte, carga, descarga e estocagem no local da obra de todos os materiais, equipamentos, máquinas, ferramentas, acessórios, instrumentos etc.;
- g. Fornecimento de água potável para seus trabalhadores;
- h. Comprovação do treinamento e certificações, quando aplicáveis, das equipes que desenvolverão os serviços previstos neste escopo;
- i. Fornecimento de transporte, alimentação e demais despesas do seu pessoal envolvido nos serviços, a ser aplicado. O alojamento, necessariamente, será fora da área da obra.
- j. Fornecimento, montagem e desmontagem de materiais, estruturas, equipamentos e suportes provisórios;
- k. Conservação, manutenção e limpeza periódica das áreas direta e indiretamente afetadas pelas obras;
- l. O descarte dos resíduos e entulhos será de responsabilidade da **CONTRATADA**, através de caçambas licenciadas de acordo com as normas e exigências municipais.
- m. O refazimento de serviços não conformes não acarretará ônus para a **CONTRATANTE**;
- n. Ressarcimento ou recomposição de quaisquer danos causados pela **CONTRATADA** à obra ou a terceiros;
- o. Os materiais e equipamentos de responsabilidade da **CONTRATADA** deverão ser fornecidos com as características estabelecidas no projeto e especificações técnicas fornecidas e estarão sujeitos à inspeção do SESC-MG.
- p. Especial atenção deverá ser dada ao isolamento e sinalização das áreas de riscos direto e indireto provocados pelas obras;
- q. Especial atenção também deverá ser dada ao treinamento dos trabalhadores da Contratada quanto ao aspecto comportamental, a fim de garantir a ordem e evitar transtornos à vizinhança;

Os projetos técnicos referentes ao respectivo objeto, conforme listado abaixo, serão disponibilizados às proponentes, para fins de análise do escopo e custos previstos.

DISCIPLINA		
01	PROJETO DETALHAMENTO DO FORRO	FL.01/01